



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

Mensagem N.º 059/2021

Telêmaco Borba, 20 de setembro de 2021.

Senhor Presidente;
Senhores Vereadores:

Com a presente, encaminho a V. Exa. o anexo anteprojeto de Lei que "Alterar a redação do art. 15, altera o § 5º e reorganiza os incisos do art. 120 da Lei 968, de 26 de novembro de 1993".

A alteração do citado art. 15, decorre de apontamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do APONTAMENTO PRELIMINAR DE ACOMPANHAMENTO - APA nº 21301, a qual orientou o município a:

"a. Instituir a vedação da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo (enquanto o servidor está ativo), na esteira da vedação trazida pelo § 9º, art. 39 da Constituição Federal, incluído pela EC nº 103/2019."

Já a alteração do § 5º e reorganização do art. 120 da Lei 968/1993, se faz necessário, uma vez que de acordo com o inciso II do art. 10 da Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998, "*os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens*", deste modo o art. 120 da supracitada Lei desdobrou incorretamente em alíneas.

Pende também a necessidade de incluir como exceção à não incidência de contribuição, com relação a parcela referente ao adicional de férias, uma vez que no julgamento do **Recurso Extraordinário nº 593068**, o Supremo Tribunal Federal firmou o **tema nº 163** da repercussão geral, que dispõe: "Não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como 'terço de férias', 'serviços extraordinários', 'adicional noturno' e 'adicional de insalubridade'" e que se mantém até o momento, assim, oportuno destacar que a matéria não se confunde com o **tema nº 985** da repercussão geral, que fixou a seguinte tese: "É legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias" (**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.072.485**), uma vez que este último **é específico para o Regime Geral**.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

Por fim, é importante destacar que no seu recurso extraordinário a União, julgado no **tema 985**, faz a devida distinção de que a regra difere quanto aos servidores públicos e aos trabalhadores celetistas, isso porque para os servidores públicos o benefício se refere à última remuneração, enquanto que para os celetistas "não há vinculação entre os aportes financeiros vertidos ao sistema e os benefícios futuros".

Dessa forma, apesar de o STF ter decidido pela incidência de contribuição patronal sobre o terço constitucional de férias, para os servidores públicos a regra é outra e não deve incidir desconto sobre a verba.

Deste modo, até que advenha decisão contrária, se faz necessário adequar a legislação municipal, de acordo com os entendimentos da Suprema Corte e do Tribunal de Contas do Paraná.

Por fim, solicitamos os bons préstimos desta casa de Leis, e esperamos a aprovação do anteprojeto de Lei anexo a esta mensagem.

Sem mais para o momento, externo protestos de estima e apreço, extensível aos demais Vereadores.

Atenciosamente,


Marcio Artur de Matos
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
Hamilton Aparecido Machado
Presidente da Câmara de Vereadores
Al. Oscar Hey, nº 99 Centro
Telêmaco Borba - PR



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

ANTEPROJETO DE LEI

"Alterar a redação do art. 15, altera o § 5º e reorganiza os incisos do art. 120 da Lei 968, de 26 de novembro de 1993"

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 15 da Lei 968, de 26 de novembro de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Os proventos de qualquer das aposentadorias, referidas nesta Lei com fundamentação para proventos integrais, serão calculados com base nas verbas permanentes do cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. (NR)"

Art. 2º Fica alterado o § 5º e reorganiza os incisos do art. 120 da Lei 968, de 26 de novembro de 1993, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 120. [...] inalterado:

- I - salário-família;
- II - diária;
- III - ajuda de custo;
- IV - indenização de transporte;
- V - as parcelas remuneradas pagas em decorrência de local de trabalho;
- VI - auxílio-alimentação;
- VII - auxílio pré-escolar;
- VIII - outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei;
- IX - o abono de permanência de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 1574/2006);
- X - adicional de férias.

§ 1º [...] inalterado

§ 2º [...] inalterado

§ 3º [...] inalterado

§ 4º [...] inalterado

§ 5º Fica vedado a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo, nos termos



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

do § 9º, do art. 39 da Constituição Federal e art. 13 da Emenda Constitucional nº 103/2019. (NR)

§ 6º [...] inalterado

§ 7º [...] inalterado”

Art. 3º Esta lei entra em vigência após sua publicação, revogando as disposições em contrário e ratificando os demais termos da Lei 968, de 26 de novembro de 1993, que não foram alterados no presente ato.

PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, em 20 de setembro de 2021.


Marcio Artur de Matos

Prefeito


Luis Fabiano de Matos

Procurador Geral do Município


Rullian Neves Martins

Procurador Adjunto do Município